

# Alfredo Pimenta e o seu contributo para a História

## – Achegas para a sua Bibliografia –

### 1. NOTA INFORMATIVA

A contribuição de Alfredo Pimenta para o estudo da história de Portugal situa-se fundamentalmente no campo do estudo crítico dos factos históricos com a preocupação da exactidão factual e no da revisão dos conceitos seus integradores segundo o critério da continuidade das instituições.

A sua obra reparte-se pela investigação, divulgação de fontes documentais, apreciação de problemas temáticos da nossa história e crítica aos contributos de outros historiadores.

O seu primeiro estudo sistemático é de 1932 “*Vínculos Portugueses*” e o último de 1950, “*A Naturalidade de Francisco Sanchez*”. Mas antes daquela primeira data existem, publicadas, análises críticas a problemas históricos que se encontram compiladas, na sua maioria, nos “*Estudos Filosóficos e Críticos*” (1930).

A História concebida por Alfredo Pimenta obedece a duas linhas precisas: o modo como pensa a Ciência e o tipo de importância que dá ao Passado. Por sua vez, elas prendem-se basicamente à sua experiência vital, dado que para Alfredo Pimenta “a Razão não é uma abstracção metafísica; ela não é mais do que a súpula ou essência da experiência”. (“*Significação Filosófica da Guerra Europeia*”, 1915, pág. 40).

Alfredo Pimenta entra no mundo da pesquisa histórica através da desilusão que o estudo intenso da Filosofia lhe provoca ao constatar que todos os sistemas se equivaliam e todas as certezas se neutralizavam.

Oriundo dum meio rural, duma família de médios proprietários em que imperavam as sombras tutelares de dois tios padres, Alfredo Pimenta cedo sente, em si, a necessidade vital de encontrar a sua individualidade própria pelo que procura um esquema de referências que lhe permitisse projectar a sua vida dentro de um sistema pes-

soal. Daí o lançar-se incansavelmente na análise das filosofias que no entanto o não satisfazem pela ‘perfeição’ que encontra em todas e o impedem eleger uma.

Chegado assim a um “relativismo integral” (sic, in “*Evolução de um Pensamento*”, 1935, pág. 15) passa para o estudo das religiões onde é atraído para o aspecto das suas origens. Toma-se então do gosto pela investigação das fontes e da História.

Mas Alfredo Pimenta vive a sua juventude e as primícias da sua adultez no Portugal que lentamente morre nos finais do século XIX em pleno estertor da Monarquia, em plena agitação duma consciencia nacional que procura redefinir-se e em pleno frenesim duma República de formas novas e messiânicas promessas que transformam o ambiente em que vive — Guimarães, Coimbra, Porto e Lisboa — num redemoinho permanente de ideias e perturbação social. Este é o Portugal que ‘sente’. Contudo há ainda o Portugal que lhe ensinam ... o Portugal do ‘porco que dorme’, o Portugal dramatizado e decadentista de Oliveira Martins <sup>(1)</sup>, o Portugal que é milagre existir... mas que encontra na “*Pátria*” de Guerra Junqueiro o alento para teimar!

Alfredo Pimenta, assim como se mete a fundo na tarefa do estudo para alcançar a salvação pessoal, entra também a fundo na vida política. Porém, a experiência por que passa — a falência das soluções concebidas — torna-se de uma extraordinária dureza, não só porque é atingido na vida quotidiana como também — e sobretudo — pelo esboroar das suas convicções construídas com o esforço que custam a dúvida exigente, o estudo honesto e o compromisso integral.<sup>(2)</sup>

---

(1) Relembrando a sua juventude e as histórias de Portugal então ao alcance dos estudantes, Alfredo Pimenta diz que a de Herculano era pouco lida por ‘mas-suda’ e que a de Oliveira Martins era ‘devorada’ pelo estilo e pela audácia. («*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*», 1935, pág. 117).

(2) Em 1907 participa na Greve Académica e mantém-se fiel na sua recusa em participar nos exames finais («*A propósito de António Sardinha*», 1944, pág. 54); no período de 1906-08 esgota a sua saúde no estudo do positivismo e sua fundamentação: «Tudo na Filosofia Positiva me seduziu: a substância e a forma; (...) Reparei que tinha de voltar ao princípio e refazer a minha educação científica. Consagrei-me às ciências, procurando preencher o espaço que ia desde Comte ao meu tempo. E, por força disso, recorde-me muito bem de ter abordado o não-euclidianismo de Lobastschewski que havia na Biblioteca da Universidade... Três anos de estudo intenso. Adoci.» (Apontamentos Inéditos da Casa da Madre de Deus); em 1915, nas vésperas da União Sagrada, rompe com os evolucionistas e adere à monarquia: «Abandonei a República em Maio de 1915, quando a tentativa Pimenta de Castro-

Estas duas condicionantes — o Portugal que vive e o Portugal que estuda, aliadas à trajetória do seu espírito — a adesão ao positivismo, em 1906/08, que tomará como critério quando a partir de 1915 reencontra o catolicismo, fazendo a separação radical entre o mundo da ciência e o mundo da fé<sup>(3)</sup> determinam a História que, por reflexo, vai fazer: por um lado adere ao velho princípio que, na sua expressão, Comte arvora em lei “on ne détruit que ce qu'on remplace” (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, 1935, pág. 121), tendo observado que a “negação é afinal a maneira mais fácil da mediocridade vencer e o processo mais seguro de captar a popularidade dos medíocres”, pelo que se torna imperioso, em vez de negar, afirmar (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, 1935, pág. 119) e, por outro, ao princípio de que antes de fazer qualquer afirmação é preciso SABER. A ordem que permite o progresso e a erudição que permite a afirmação serão duas das suas preocupações dominantes ao fazer o estudo da História.

---

-Manuel de Arriaga falhou diante da acção combinada de Democráticos, Unionistas e Evolucionistas.

«Depois de alguns meses de meditação sincera, puz, na minha abóbada doutrinária, o fecho lógico natural. Eu sonhara uma republica anti-parlamentar, anti-democrática, anti-liberal, que se aproximasse, o mais possível da Monarquia orgânica, tradicional, sem a atingir.

«Convenci-me da inutilidade dos meus esforços e concluí pelo Rei». («*O Pensamento Político de D. Manuel II*», 1932, pág. 11). E isto num momento grave «porque vencido o governo Pimenta de Castro, a República apresentava-se mais forte do que nunca...»; («*As bases da Monarquia Futura*», 1923,). Passa a ser alvo dos ataques duríssimos dos evolucionistas, como já o era da parte dos republicanos do «Mundo»; toda esta evolução é feita à margem da família paterna que o desapoia economicamente por não concordar com as suas actividades. Alfredo Pimenta luta esforçadamente para manter a independência ideológica e sustentar-se a si e à sua família — em 1909 é pai de três filhos; aliás manterá essa luta a sua vida inteira. Em 1944 dirá, fazendo a retrospectiva da sua vida: «...tinha uma vida ingrata, áspera, dura a formular constantemente diante de mim, o dilema trágico: ou ser vencido ou ser vendido. Diferença de uma letra — mas diferença infinita.

«Escolhi o ser vencido. E a vida venceu-me». («*A propósito de António Sardinha*», pág. 53).

(3) Alfredo Pimenta esclarece que o positivismo de Comte o fez rever totalmente os seus juízos acerca da Igreja, das suas instituições e da sua função. Depois do seu re-encontro com o catolicismo, Alfredo Pimenta estabelece de um modo radical a distinção entre os domínios da fé e da ciência. O mundo da fé, será, na sua opinião, impenetrável à ciência, não sendo sequer o ponto de convergência das verdades científicas pela simples razão de existir nele o predomínio do Absoluto, enquanto as ciências são relativas, provisórias. A lei dos três estados, deverá então ser lida segundo a interpretação do próprio Comte e não como os seus

O contexto cultural donde emerge é, sob o ponto de vista do conceito de ciência, aquele em que imperava ainda a noção de ciência física, embora já desgastada nas suas características principais e balbuciante ainda na formulação de uma nova definição.

Preso pela sua formação à ideia de ciência do século XIX, positivista e naturalista, Alfredo Pimenta conclui que a História não pode ser ciência porque não é passível, no seu objecto, no seu método e até na eficácia dos seus resultados, de atingir a objectividade, a explicação e a previsão que para si definem a ciência. Ao longo das páginas dos seus estudos, em confronto com as considerações dos autores que vai lendo, encara o problema que aponta como específico da sua época no capítulo da natureza da História: é a História ciência?, existe uma ciência da História? Explana as suas razões: não pode ser objectiva porque o próprio facto histórico começa por ser um facto psíquico (sic), apreendido por um instrumento inteiramente subjectivo — o espírito humano, histórico, circunstancial, por natureza incapaz de objectividade<sup>(4)</sup>; igualmente a sua prova — o documento — ainda mesmo quando mero diploma oficial é já obra de subjectividade e é grande a dose de subjectivismo que entra na sua apreciação; a sua complexidade é de tal monta — quem pode dizer onde começa um facto histórico, quem pode dizer onde acaba? — que a dificuldade ou mesmo impossibilidade da sua delimitação impede a sua apreciação objectiva, impede

---

divulgadores o faziam. Alfredo Pimenta afirma que as ciências nada tem a ver com a Teologia, estando fora do seu alcance «porque a Verdade é uma só — e revelada, as verdades científicas não podem contradizê-la nem confirmá-la por defenição» («*Estudos Filosóficos e Críticos*», 1930, pág. XXX), por isso se deverá ver na famosa lei os limites do saber positivo, experimental. Aliás o próprio agnosticismo de Comte seria lógico, porque agnóstica é toda a ciência tal como já São Tomáz dizia ao afirmar «donum scientiae est solum circa res humana, vel solum circa res creatas». («Ibid, pág. XXI). Alfredo Pimenta será assim positivista no campo das ciências e homem de fé no campo do Absoluto, do eterno. (ibid, Introdução).

<sup>(4)</sup> «Só aquele que conseguisse isolar-se na série indefinida dos tempos e prolongar-se sem termo, só esse conseguiria anular a sua personalidade psíquica hereditária. Nós ainda hoje julgamos a velha civilização através do nosso modo de ser actual...» («*Estudos Filosóficos e Críticos*», 1930, pág. 339). Para Alfredo Pimenta, o homem é o somativo das influências seculares de que continua sempre preso e por isso discorda de Herculano quando ele afiança ter-se esquecido da sua condição de português para escrever a História de Portugal; acha isso tão impossível quanto disparatado «porque para tal era necessário começar por se esquecer primeiro que era Herculano» (*Subsídios para a História de Portugal*, 1937, Introdução).

a sua explicação<sup>(5)</sup> e impede a sua previsibilidade: “o caracter da ciência é a previsão. A própria previsão científica não diz como o vulgo supõe — *é*; diz apenas: se tais e tais condições se derem ou se mantiverem, *será*. Como nos chamados fenómenos de ordem física as condições que os geram são facilmente redutíveis, é possível formularem-se leis; como as condições dos fenómenos sociais são múltiplas e nunca conseguiremos reduzi-las, as leis que regem esses fenómenos, ignoramo-las. Inferimos de outras leis que também as haja no mundo social ; mas ainda não se descobriam”. (*Estudos Filosóficos e Críticos*” 1930, pág 339). Aliás, sendo o homem o principal factor social, — continua Alfredo Pimenta, — não é possível usar a previsão em História, seja qual for o prisma sob o qual foi focado : o livre arbítrio ou o determinismo.

Mas a questão da natureza da História, na sua opinião, ia deixando de ter pertinência dada a problemática que então surgia acerca do próprio conceito da ciência com o princípio da indeterminação introduzida pela física quântica em Heisenberg; a distinção entre o real científico é o real antropomórfico do senso comum de Meyerson e as conclusões de Juvet sobre as deformações que os instrumentos de observação provocariam na realidade observada (*Idade Média, Problemas e Soluções*”, 1946, pág. LIX).

No entanto, para Alfredo Pimenta a História pode fazer-se cientificamente sem que isso queira dizer que ela alcance a categoria de ciência. Será o caso de se atingir a maior objectividade e a maior impessoalidade possíveis no tratamento dos fenómenos do mundo social passado. Para isso deverá o historiador evitar qualquer tentativa de explicação (inviável, como vimos), qualquer tentativa de interpretação (adulteradora, porque a interpretação é a tradução pelo presente — complexo de forças e atitudes actuais — do passado, complexo de forças e atitudes inactuais (ibid, pág. 3) e qualquer juízo de valor (Gilson afirmara “simple collection de faits, l’histoire ne tranche jamais aucune question de droit, car la décision appartient toujours aux idées” e Alfredo Pimenta, citando-o, explicita que se a História colecciona factos, são as nossas ideias que os julgam e as opiniões dos homens são fatalmente ambíguas (*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, 1935, pág. 74)

---

(5) Os factos sociais, campo em que se exerce a História, são de uma variabilidade tal que mesmo que haja leis que os expliquem, elas são por nós desconhecidas por isso é inútil que os historiadores tentem prender tais factos a tais consequências — exemplo, a Revolução Francesa que uns explicam pela fome, outros por inúmeras outras razões («*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*», 1935, pg. 75-76).

Chega assim à conclusão que a História “só é científica quando enumera à maneira dos cronicões medievais os factos”, “sempre que passa para o campo das sínteses, seja de reconstituição ou de explicação, a História passa para os domínios do subjectivo, do Eu, portanto do acientífico” (ibid, 1935, pág. 74). Em definitiva a História “não é mais do que o documento árido, nú, na sua absoluta impassibilidade” (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 471) e o trabalho do historiador terá de ser feito “directamente sobre as fontes (...) num trabalho frio de dissecação laboratorial, longe da agitação estúpida das turbas e dos aplausos ainda mais estúpidos dos rebanhos” (ibid, pág. 108).

A História é, pois, em Alfredo Pimenta, basicamente, averiguação do facto histórico e pesquisa de todos os documentos que o possam informar sem qualquer ocultação (ibid, pg. 472). A História terá, de ser erudição (“*Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos*”, 1958 pág. 86): porém, “a erudição é uma soma; e se as parcelas não correspondem à realidade a soma é totalmente imperfeita (“*Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 86). Deste modo confere à História um carácter de nunca definitivo, de nunca acabado porque nela, na sua própria expressão, não se chega nunca a conclusões definitivas. Em primeiro lugar, porque no trabalho de investigação documental há sempre que desconfiar, verificar, testar. Cita Fustel de Coulanges quando este diz haver duas espécies de eruditos — os que pensam que já tudo se disse e, não encontrando documentos novos, seguem tranquilamente a última palavra, e aqueles que não se satisfazem com isso, que duvidam dos mais belos trabalhos de erudição e que, dificilmente convencidos, instintivamente crêem que há sempre mais alguma coisa a procurar (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*” 1935, pág. 24); confessa o seu espanto perante a credulidade que alguns homens de ciência e eruditos patenteiam e afirma o seu cepticismo sistemático que o leva a uma constante análise e verificação (ibid, pág. 72) e portanto à preocupação de não trabalhar sem a consulta directa das fontes e seu exame crítico. Em segundo lugar, considera que a pesquisa do passado se deve ir actualizando sob a acção dos conceitos modernos, subordinados à problemática dos tempos que correm e, por isso, aos prismas que se sucedem (“*Mestres do Pensamento*”, 1941, pág. 10). Em terceiro lugar, na investigação histórica há que ter em consideração o significado dos documentos quanto à sua origem ou sua aplicação e não apenas o seu conteúdo. Ao tomar posse do cargo de director do Arquivo Municipal de Guimarães, que tem hoje o seu nome,

Alfredo Pimenta diz taxativamente: “os papéis velhos e os pergaminhos não valem só pelo que dizem: valem principalmente pelo que significam, pela função que desempenham na vida jurídica ou política, religiosa ou cultural do país (*“Boletim de Trabalhos Históricos”*, 1933, n.º 1, pág. 2) chegando a afirmar que “o Pragmatismo Moderno que faz consistir na utilidade o critério da verdade, é menos rigoroso na apreciação dos apócrifos quando deles resultam benefícios colectivos para os Povos sem que evidentemente pretenda propugnar a falsificação sistemática” (*“Inédito Precioso do Cardeal Saraiva*, publicado e comentado por Alfredo Pimenta”, *Estudos Históricos* XIII, 1940, pág. 18). Daqui o modo como comenta as Cortes de Lamego “todos nós sabemos que as Actas (...) são documentos falsos, mas foram instrumento fundamental no problema jurídico da Restauração e foram durante dois séculos fonte do nosso Direito político”. Tal facto impedirá, na sua opinião, de se censurar asperamente o falsário “porque de coisas falsas está cheio o património intelectual dos homens” (obra citada anteriormente, pág. 18).

Já em 1913 Alfredo Pimenta lembrava “a ciência é feita de hipóteses. E uma hipótese só é verdadeira enquanto outra melhor a não vem substituir — (*“Política Portuguesa”*, 1913 pág. XXV), e em 1939 acrescenta “— nem a ciência tem a pretensão do definitivo. E não a tem precisamente porque sabe que o amanhã é a correcção do hontem” (*“O nome de D. Afonso Henriques nos documentos medievais”*, *Estudos Históricos*, IX, 1939, pág. 14). No entanto não se esquece de esclarecer que não justifica de modo nenhum os “Britos e os Lousadas”, ele que exige o estudo aturado dos assuntos, a não escamoteação de dados e a subordinação à verdade dos factos para cima da lógica que possam aparentar, ele que “em quarenta anos de vida literária constante sempre primou sem deslizes em prestar culto à sinceridade” (*“Inédito precioso do Cardeal Saraiva”*, pág. 19). Finalmente, salienta a importância da inter-relação dos elementos constitutivos de uma dada época para o seu esclarecimento mútuo: ao debater, por exemplo, a definição do termo ‘rico-homem’ na Idade Média, inclinando-se para que o seu significado seja o alto posto desempenhado na função pública mais do que o grau superior da nobreza, sublinha a importância da poesia trovadoresca como informação subsidiária para as instituições da época. (*“Subsídios para a História de Portugal”*, 1937, pág. 95).

A função do historiador será assim a apresentação dos factos e a sua seriação através dos documentos textuais — a principal fonte — (*“Novos Estudos Filosóficos e Críticos”* 1935, pág. 471). Mas,

na apreciação destes, toda a cautela deve ser usada. Debruçando-se sobre a espécie de textos a preferir — os impressos ou os autógrafos, — encontra nos impressos o risco da má leitura de quem os leu ou a má revisão de quem os reproduziu pelo que prefere os autógrafos, fiel ao seu método que é o de dúvida sistemática e é para si uma questão de consciência, de pudor intelectual e de ética: “nunca fazer uma afirmação, seja ela qual for, seja ela de que natureza for, tenha ela o alcance que tiver, sem ter ido à origem que possa fundamentá-la” (pág. 26 e 28). Nessa preferência segue, afirma, um caminho trilhado um pouco por Herculano, bastante por Martins Sarmiento e Alberto Sampaio e totalmente por Gama Barros. E, com efeito, a História apresentada por Alfredo Pimenta prima pela segurança da investigação e certeza das afirmações, consequência da minúcia e exaustão com que trata os assuntos por si focados.

Para melhor compreensão dos textos lembra que não se deve ficar pela etimologia mas recorrer ao método filológico-diplomático que leva a considerar as palavras tal qual elas se usam no texto e não apenas no seu significado etimológico (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 26).

No fundo é em Fustel de Coulanges que Alfredo Pimenta encontra o seu paradigma. Aliás, nas linhas singelas em que traça a biografia do historiador francês pode depreender-se uma certa ressonância afectiva pelo paralelo que terá sentido entre as suas vidas: de maus estudantes a professores de liceu; dificuldade em publicarem os seus trabalhos, incompreensão por parte da crítica, fidelidade às suas vocações por entre os trâmites que a vida prática impõe e apreço pela tradição e pela pátria como valores. Ao morrer, Fustel de Coulanges, conta Alfredo Pimenta, pediu para ser enterado catolicamente, embora há muito não praticasse, alegando que “o patriotismo exige que se não pensamos como os antepassados, devemos, pelo menos, respeitar o que eles pensaram” (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*” pág 24). Para Alfredo Pimenta, Fustel de Coulanges ergeu o Documento à categoria de sistema; nele pode ler “que a História consiste na constatação de factos, na sua análise, na sua relação, no estabelecimento dessa relação” e ainda “é natural, sem dúvida, que emane desta história científica uma certa filosofia; mas é preciso que ela emane naturalmente quase à margem do historiador... o melhor dos historiadores é aquele que se mantém o mais perto dos textos, que os interpreta com mais segurança e que só escreve e pensa como eles” (*Idade Média, Problemas e*

*Soluções*”, pág. 1 XIV). Meditando, Alfredo Pimenta salienta que em História “a lógica pura tem pouco lugar; se os textos nos mostram alguma coisa que contrarie a lógica, devemos ser pelos textos contra a lógica, dado que a história se faz sobre os textos, não se faz sobre opiniões” (ibid, pág. 184).

Dentro da importância que concede ao Texto, propugna a necessidade de se proceder em todos os arquivos à publicação dos documentos e refere a situação dramática dos catálogos em Portugal.

Nomeado Director do então recém-criado Arquivo Municipal de Guimarães (1931), Alfredo Pimenta tem a preocupação imediata de proceder à elaboração de três catálogos: um de localidades, outro cronológico e o terceiro, sumário dos documentos. Este arquivo incorporava os documentos até então confiados à Sociedade Martins Sarmento — um vasto espólio que compreendia os processos crimes, cíveis e orfanológicos, livros de cartórios e tabeliães extintos, paroquiais do concelho, documentos das irmandades, corporações e repartições extintas, sendo o seu núcleo principal o que o Cabido da Colegiada de Guimarães conseguira teimosamente salvar do seu arquivo ao resistir à famosa ordem liberal que remetia para a Torre do Tombo os arquivos regionais para os inventariar e copiar. Na luta que então o Cabido sustentou contra o poder central, entra a figura de Alexandre Herculano que no cumprimento da sua missão administrativa esbarrou com a implacabilidade do referido Cabido. Alfredo Pimenta conta como recebeu da Sociedade Martins Sarmento todo aquele espólio, a trouche e mouche, em cestos de verga que se despejavam no chão das atribuídas instalações, e como em dois anos, com seu irmão Rodrigo e a ajuda de um amanuense, identificaram 1075 códices, 163 maços, 132 651 documentos e 1550 pergaminhos num total de 135 439 espécies abrangendo desde o século XII ao século XIX. No final desses dois anos haviam conseguido preencher 3000 verbetes e organizar aqueles três catálogos. Em 1933 alcançou do Estado um subsídio para a publicação de um Boletim destinado à divulgação dos documentos: o “*Boletim de Trabalhos Históricos*” à frente do qual se manteve até à sua morte, e que ainda hoje se publica. O decreto n.º 20 577, de 27 de Novembro de 1931, que preceitua o lugar de Director deste Arquivo estabelece que este poderá ser um conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas sem qualquer direito a vencimento ou gratificação. Alfredo Pimenta desempenha

essa função. Sendo conhecidas as dificuldades financeiras com que sempre se debateu, não se pode deixar de salientar este facto.

Dir-se-ia que, cansado das distorções partidárias de que tinha sido alvo a História de Portugal, durante o século XIX e princípios do século XX, transformada em batalha campal entre miguelistas e liberais, monárquicos e republicanos, cidadela assediada pela historiografia estrangeira na corrida às prioridades das Descobertas, Alfredo Pimenta responde, a seu modo, à necessidade da revisão da História de Portugal, necessidade aliás sentida por todos os historiadores da primeira metade do nosso século, seja o prisma em que se situem. Alfredo Pimenta procura fazer uma História o mais limpa de impurezas possível, a única susceptível, na sua opinião, de interessar os espíritos científicos (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 25).

Em análise minuciosa à História de Portugal de António Sérgio (1941), são duas concepções filosóficas que se enfrentam: “Vitima da obsessão de pensar, o Sr. António Sérgio parte do princípio de que o Saber é inferior ao pensar, e de que se pode pensar sem se saber (...), “O Saber obriga-nos a olhar para fora: o Pensar obriga-nos a olhar para dentro de nós. Saber é alinhar parcelas, juntar materiais; pensar só, é fantasiar, erguer um mundo de irrealidades (...); o equilíbrio está em se pensar sobre o que se sabe—ordenando, classificando, justapondo, comparando os materiais recolhidos (...)” (“*A História de Portugal do Sr. António Sérgio*”, 1941, pág. 8).

Alfredo Pimenta glosa a utilização feita por aquele autor da famosa frase de Comte “savoir pour prévoir afin de pourvoir”. Encontra Sérgio dominado pela preocupação do Futuro, e mareado pela problematização do passado em função do futuro, esquecido da análise crítica dos factos, mais preso à generalização, fazendo a redução do lema de Comte para “savoir pour prévoir”, dando no conhecimento do passado a tónica aos problemas que o futuro levanta. Contrapõe às críticas disparadas por Sérgio acerca das “exposições históricas e espectáculos históricos que caracterizariam um certo modo de fazer história” e “que sobretudo encaminhariam (o Povo) para um Passadismo inútil” as suas críticas aos “espectáculos e exposições prospectivas” em que “o Povo conheceria os mais prospectivos métodos de realizar as actividades sociais”, com o argumento de que o único meio de avaliar a capaci-

dade realizadora de um método é o da verificação experimental”. A Experiência, escreve, é o Passado. A Experiência é o Histórico. E quanto maior é a soma de Experiência, quanto mais denso é o Histórico, tanto maior é a certeza da Dedução tirada” (ibid, pág. 43 3 44).

Por isso sublinha que a célebre expressão de Comte, “savoir pour prévoir afin de pourvoir” é irreductível à fórmula que Sérgio quer, pois o seu verdadeiro significado é, quanto a si, que o Futuro, tal como o Presente, está contido no Passado e que o Presente não pode ser senão a sua continuação, que convém não quebrar nem deformar sob pena de se sossobrar (ibid. pág. 11). Nesta ordem de ideias, Alfredo Pimenta contrapõe, por exemplo, Bismarck a Pombal, considerando que enquanto o primeiro aproveitou o que existia e a sua acção perdurou, o segundo pretendeu criar e a sua acção esvaíu-se (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, 1935, pág. 160). A análise do Passado, enquanto passado que foi e não segundo o prisma dos problemas que a consideração do futuro levanta, é pois um dos aspectos que caracterizam a maneira de Alfredo Pimenta encarar a História para o que lhe interessa a sua exacta apreensão, na medida do possível. Daí o seu cuidado na averiguação dos factos, como vimos, e que na sua opinião, outra vez longe de Sérgio, podem ser encontrados dado que a sua existencia é uma existência de facto, anterior a qualquer interpretação ou teoria: eles não serão construção mental ou estruturação do intelecto. Para se poder filosofar sobre os factos ou architectar teorias sobre eles há que verificar primeiro se eles existiram (“*A História de Portugal do Sr. António Sérgio*”, pág. 13 e 14) e, contrariamente ao que pensa António Sérgio, Alfredo Pimenta pensa que existe o facto puro, independente do conhecimento que dele se tiver: “Uma coisa é a conquista de Ceuta, facto puro, e outra coisa é a explicação que o Sr. António Sérgio dá a esse facto (ibid. pág. 25): teoria ou interpretação. Esta explicação, ou outra qualquer, baseie-se ou não em factos puros, os quais podem ser depoimentos contemporâneos, informações positivas e garantias de quem entrou, dirigiu ou promoveu o acontecimento, reacções, objectivos que ele determinou, etc. “Se há estes factos puros, a teoria que deles emana tem valor científico. Se é como a do Sr. António Sérgio, fantasiosa, passamos adiante” (ibid, pág. 41).

E assim é que aponta, por exemplo, as conclusões, no seu dizer, apressadas e insuficientes de António Sérgio comentando a não existência do direito de albinágio e detracção da

nossa história apoiado em escritores brasileiros. Alfredo Pimenta começa por referir os estudos dos autores portugueses acerca do assunto e depois faz a análise exaustiva da dificuldade de definição de tais direitos e da problemática que à roda da sua aplicação em Portugal existe, para concluir: “Se o Sr. António Sérgio não tivesse ministrado ao seu jovem doutrina avariada, podia eu ter-me dispensado de dar esta liçãozinha que não foi tão fácil de organizar como se há-de supôr” (ibid. pág. 26). O Passado é pois o continente do Presente — do seu conhecimento depende a conduta dos homens no Presente para aclarar e construir o Futuro.

Nesta ordem de ideias o Passado deve ser olhado no seu conjunto. Alfredo Pimenta discorda profundamente dos socialistas quando dão relevo aos elementos económicos sobre os outros por que na sua concepção, no mundo do social, todos os elementos se equivalem. No entanto, na análise de uma época, haverá que saber descortinar a preponderância que realmente tiveram nessa época e não usar aquela que é a do nosso tempo. Por isso Alfredo Pimenta insiste na cautela a ter na perspectiva histórica em que se deverá observar a dimensão do então para agora, não caindo no erro da inversa. Deste modo, nas suas páginas, os Descobrimentos aparecem envoltos no ideal religioso — a crença mais imperativa da época — embora concorde que por detrás dele se tenham factores de toda a espécie.

Esta globalidade deve ser encontrada fundamentalmente em dois pólos: as instituições sociais e os grandes homens. As instituições sociais são em Alfredo Pimenta tudo o que é tradicional na vida dos povos, portanto tudo o que se foi institucionalizando ao longo dos tempos; os grandes homens são, ultrapassando o conceito de Carlyle, não apenas pontos de concentração de forças inconscientes, pouco responsáveis nos acontecimentos; eles serão os intervenientes directores e coordenadores das qualidades latentes, das tendências dispersas e inconscientes, das aspirações vagas que constituem uma época e que sem eles quedariam inexpressas; mas, se não existissem, inutilizariam por sua vez, a sua acção directiva (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 161). Isto permitir-lhe-á dizer que a história dos povos é, afinal, a história dos seus grandes homens, sem que se possa ver na sua história a história personalista (6). Neste sentido pode afirmar que quando se estudam as

---

(6) A propósito do fenómeno político, Alfredo Pimenta esclarece que, contra-riamente à opinião então dominante que concedia importância primacial á vontade

grandes figuras, — como os casos de um infante D. Henrique, um D. João II, — se estudam, afinal, os Descobrimentos.

Esta sua concepção relaciona-se, como não podia deixar de ser, com a intenção pedagógica que anima os seus escritos e logicamente com o relativismo que encontra no conhecimento científico.

Com efeito, Alfredo Pimenta julga necessário o exemplo das grandes figuras como acção tonificadora dos sentimentos, na sua opinião a base do carácter. Um povo, ao prescrutar o seu Passado não encontra nele lições para a vida; a História não é mestra da vida, como muitos pretendem, pois, se o fosse, afiança, ela não seria como é, a repetição continuada das loucuras dos homens. Prescrutando o seu passado, um povo deve encontrar o cadinho em que temperar a alma para a luta em que consiste o viver. Alfredo Pimenta olhava a vida como “struggle social” e, para definir o Progresso, os termos que encontra, são a melhoria das condições em que cada um se consegue colocar para alcançar um lugar de vitória nessa luta. (“*Política Monárquica*”, 1917, pág. 9).

Por outro lado, ao ter a consciência — e a experiência — da dificuldade de sistematizar cientificamente os fenómenos sociais, considera que as suas leis, que existem e se desconhecem, não podem conduzir à inacção pela fatalidade que pressupõem; pelo contrário, se essa fatalidade for bem entendida, devem incitar ao esforço, à luta para o esclarecimento do futuro e sua construção (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág 162). Nesta contingência, mais do que nas outras ciências, há que procurar uma verdade que, como relativa que é, terá de corresponder à conveniência. Essa conveniência encontra-a Alfredo Pimenta no interesse nacional, uma vez que os interesses dos grupos pequenos não podem conglomerar os interesses de muitos e os interesses supra-nacionais são, para si, indefiníveis.

Resta agora verificar como define Alfredo Pimenta o interesse nacional. Escreveu um dia que não se fizera historiador para servir a sua política, mas fora a História que o firmara nas suas convicções políticas (“*Idade Média, Problemas e Soluções*”, 1946, pág. VIII). A sua experiência, racionalmente sistematizada, demonstrara-lhe que o interesse nacional residia na Ordem consignada na mo-

---

do indivíduo nesse fenómeno, ele, sem negar a sua importância, considera que, na vida das sociedades, o fundamental reside nas condições que nelas existem permitindo estas ou aquelas actuações. E, conclui: ou não seja o homem presente quase nada, dado que é a resultante do homem ontem... («*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*», pág. 160).

narquia organicista e tradicional, na sociedade hierarquizada segundo o regime das competências, no prosseguimento da tarefa civilizacional e na independência nacional.

Compulsando a sua obra encontramos uma certa incidência no problema da fundação do Estado e sua anterioridade em relação à nação, na questão da vontade de independência que anima a sociedade portuguesa em momentos agudos da sua existência, em certos aspectos da gesta ultramarina convicto, como estava, de que o império colonial era “factor de civilização”; na análise cuidada a diversas instituições tradicionais portuguesas e a problemas com ela relacionados, além, evidentemente, da divulgação de textos e exame crítico de fontes.

Em síntese, Alfredo Pimenta considera que a História tem de ser tal como Gama Barros a entendera: “que estudando e ensinando o que foram as instituições sociais portuguesas, sem comentários tendenciosos, sem subjectivismo pessoal, nos habilita ao conhecimento do que foi o passado e nos leva, portanto, à noção da orientação que devemos imprimir ao presente” (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág 125).

No entanto existem na sua obra dois livros que na sua própria confissão não obedecem completamente àquele esquecimento de si que o historiador autêntico deve patentear diante dos textos: “*Os Elementos de História de Portugal*” (1934) e “*D. João III*” (1936).

Ao longo das suas várias páginas, Alfredo Pimenta põe, de vez em quando, o problema da distinção entre História e Filosofia da História. Aquela é a verificação dos factos e sua narração; esta, a sua interpretação segundo um determinado sentido. Comentando os seus “*Elementos de História de Portugal*”, Alfredo Pimenta deliberadamente confessa que eles contêm o seu “quantum de filosofia da história”: “Não fosse a hora que o país então atravessava de liberalismo anti-católico e anti-português, teria feito uma história exclusivamente científica que seria uma apresentação dos factos e das suas fontes sem qualquer espécie de nevoeiro filosófico a informá-los”. No entanto eles contêm “uma forte dose de filosofia da História, a minha verdade, a minha doutrina. É a sua parte frágil, porque é a sua parte discutível, a sua parte acessível aos dentes das matilhas. Tive que a elaborar para a opôr às minhas não verdades que considero prejudiciais ao meu país”.

Aponta-lhe um lado apologético “que há, não na História, mas na História pragmática” (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 34. Por outro lado, também o seu “*D. João III*”, escrito

com intuito de repôr a verdade acerca do reinado daquele rei, vilipendiado pela ideologia liberal, contém, patentes, as suas convicções políticas. No entanto, em ambos, o rigor da investigação é seguramente mantido e enquanto esta última é, na sua afirmação, sob o ponto de vista da historiografia portuguesa, a primeira tentativa de uma visão de conjunto daquele reinado, o outro é certamente uma inovação no campo da didática da história, Alfredo Pimenta tem a consciência de que “como processo científico, este livro desafia a crítica mais severa e exigente”.

“Tem defeitos? Certamente os tem. O maior, isto é, o de se supôr sem eles, esse não se lhe encontrará; mas os defeitos que são inerentes à obra — e ninguém poderá atribuí-los a descuido ou desmazelo do Autor. Ignorância minha, às vezes? Mas quem o duvida? Errada visão das coisas, outras vezes? Assim será.

”Mas descuido ou falta de escrúpulos, não!” (*Elementos de História de Portugal*”, pág VIII).

Com efeito, Alfredo Pimenta tem o intuito de despertar nos alunos o gosto pela investigação histórica e, simultaneamente, o rigor das afirmações. Por isso os “*Elementos*” inserem constantes referências às fontes com, inclusivé, a informação da imprecisão de algumas. “Não conto neste livro factos novos; mas conto-os de maneira nova, como nunca em livros desta natureza, se contaram entre nós, e, creio-o, no estrangeiro” (*ibid.* pág. X).

E, dentro da sua preocupação de probidade intelectual, afinal de incidência pedagógica profunda, alude no prefácio à ideologia que o norteou ao escrevê-los e afirma: “... tenho a minha verdade, tenho a minha conclusão. Ninguém pode esperar de mim o sacrifício ingénuo de substituir, neste livro, a minha verdade pela minha não verdade, ou pela verdade dos outros. Porque este livro é meu, ele traduz, como interpretação dos factos históricos, a ideologia que informa o meu espírito, que este aceita, e na qual se integrou.

“Se é a minha verdade ou a dos outros, a que se adapta ao Interesse Nacional, e o serve, isso só o Futuro distante poderá dizê-lo” (*ibid.*, pág. IX).

Os seus ‘*Elementos*’ levantaram imensa celeuma a quando do seu aparecimento: aplausos de um lado, críticas de outros, focando algumas dessas críticas a dificuldade que constituiriam para o uso dos estudantes do liceu; porém, já no Prólogo, Alfredo Pimenta se justificara dizendo que os tinha escrito para os alunos inteligentes porque, no seu entender, os livros de estudo se deviam dirigir aos alunos mais dotados; os outros limitar-se-iam, necessariamente,

àquilo que os professores lhes ensinassem enquanto os primeiros aproveitam tudo o que se lhes oferece, não havendo portanto que sacrificar as inteligências superiores às mediocridades ; aos professores cabe distinguir o que é para seu uso próprio do que é essencial para os estudantes. Confesso: com estes *Elementos* quero servir a Inteligência nos seus primeiros vãos.

“Escrever uns *Elementos de História de Portugal* para a Mediocridade, iguais a tantos outros livros que por aí andam, e são a vergonha do nosso ensino, não me está dentro do feitio, e é incompatível com as noções que tenho do que deve ser o Ensino Público”. (*ibid*, pág. X).

Não obstante, como não podia deixar de ser, ao escrever a *História Pragmática* (sic) em que deixa transparecer aquilo em que acredita, tem presente a “lição do grande João Pedro Ribeiro ... não basta escrever a História em boa phrase, mas he necessário que o fundo della seja exacto”. (*ibid*, pág. IX).

Uma das facetas da personalidade de Alfredo Pimenta foi a do enorme sentido de responsabilidade com que encarou a sua tarefa de viver, pugnando esforçadamente pela fidelidade à vocação que se descobria; aliada a esta, encontramos, retratada na sua obra, o sentido da responsabilidade social. Em várias ocasiões Alfredo Pimenta afirma que quer que a sua passagem nesta vida não resulte inútil pelo que entende gastá-la lutando e trabalhando em função do seu país com as armas que correspondem à sua verdade e são o trabalho intelectual ao serviço da Cultura. Neste contexto insere-se a sua actividade — intensa — no campo da Crítica. Alfredo Pimenta considera que o leitor deve ser um colaborador, quando lê, salientando, “As minhas anotações não têm outro fim que não seja concorrer para que, em futuras edições, as obras anotadas possam trazer certas arestas limadas, ou certos deslizes já não digo corrigidos, mas atenuados. Por mim, confesso que só tenho prazer em que procedam assim os que lêem o que escrevo” (“*Novos Estudos Filosóficos e Críticos*”, pág. 441). Por isso incluímos na sua bibliografia as críticas a trabalhos históricos porque, tal como nos seus outros estudos, elas são fruto da investigação rigorosa que o caracteriza: “O que esta obra, na parte crítica, significa como canseira esgotante e pesquisa minuciosa — só o ignora quem ignora o que é trabalhar, e quem colhe na vida apenas o que a vida tem de superficial, supérfluo e frívolo. No debate entre a crítica subjectiva

e a crítica objectiva, tomo, desde há muito, lugar a favor desta contra aquela.

“Importam-me pouco, como crítico, *as ideias* de um autor, porque só me preocupa o seu *saber*. Não me interessa o que ele *pensa*; só me interessa o que ele *sabe*.” (*ibid*, pág. IX).

Na actividade de historiador de Alfredo Pimenta tem também importância o seu trabalho no Arquivo Nacional da Torre do Tombo onde exerceu as funções de conservador (1931 - 49) e de director (1949 - 50). Ele reflete-se na sua obra e no próprio arquivo. Não cabe aqui particularizá-la pois não acrescenta ao conhecimento do que pensava acerca da História.

Tão só nos propomos apresentar o índice dos estudos de quem tão esforçadamente se empenhou no esclarecimento da história pátria. Pode o seu conceito de História sofrer os desgastes do tempo; pode até não preencher todos os requisitos que a problemática metodológica hodierna comporta; mas não pode ser ignorada no duplo aspecto de fornecer ao estudioso da História inúmeros elementos de consulta e análise com a garantia do rigor da investigação e de retratar com probidade ímpar uma das propostas que na primeira metade do nosso século surgiram para redefinir Portugal.

## 2. ESTUDOS DE HISTÓRIA DE PORTUGAL SEGUNDO A CRONOLOGIA DA SUA TEMÁTICA

Na organização da Bibliografia de Alfredo Pimenta que circunscrevemos aos estudos de História de Portugal, optámos pelo critério da cronologia dos assuntos focados. Teria sido possível organizá-la segundo as datas das suas publicações, o que facilitaria a compreensão da linha evolutiva do seu pensamento e até da sua época pela verificação dos assuntos que ia tratando.

No entanto, pareceu-nos preferível facilitar o uso do seu trabalho: é que a sua obra anda esquecida e não é justo que se prive o património cultural português do seu contributo. Esta escolha foi norteadada pelo espírito que presidiu ao seu labor de investigação e por ele tantas vezes afirmado: prestar serviço aos estudiosos fornecendo-lhes elementos de trabalho que lhes fossem úteis. Aliás, foi seguindo esse mesmo espírito que os seus Filhos não só doaram a sua Biblioteca — vasta e rica — à Fundação Calouste Gulbenkian, pondo-a ao serviço de um largo público,

como entenderam, com a anuência daquela instituição, que ficasse integrada no Fundo Geral da Biblioteca da Fundação em vez de ficar em corpo distinto, o que a tornaria estanque e finita. Integrada no Fundo Geral continua pulmão vivo. As suas características foram porém salvaguardadas pela elaboração de um catálogo entregue a quando da sua doação e que a Fundação ficou de publicar.

A presente bibliografia, que é tão só uma achega para uma bibliografia, orienta-se pois pela cronologia dos assuntos estudados e incluí, também, quer os artigos de opinião quer as apreciações críticas às obras que iam saindo do prelo e que Alfredo Pimenta publicou nos jornais «A VOZ» e «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», respectivamente em «Tribuna Livre», «Bazar», ou sem título genérico, e «Cultura Estrangeira, Cultura Portuguesa», secções que manteve, no primeiro caso, durante dezasseis anos, e no segundo, vinte e sete quase ininterruptos. (7) Muitas destas apreciações foram por ele inseridas em livros; outras ficaram-se, esparsas, pelos jornais. Embora não se igualem em importância ou profundidade, são todas produto do seu critério afinado pelo estudo e investigação que caracteriza o seu labor no campo da História.

Também se nos pôs o problema de referenciar ou não as análises a problemas literários que Alfredo Pimenta agrupa nos seus livros sob a designação genérica de «Questões Literárias». Se por um lado havia esta indicação, por outro impunha-se o seu conceito aglutinador de 'erudição' e 'história': «(a erudição) é um trabalho de averiguação positiva que se exerce sobre o que passou... O Erudito é um historiador... Para o Erudito tudo o que foi tem interesse...» (*Diário de Notícias*, «Cultura Estrangeira, Cultura Portuguesa — Discurso, por Joaquim de Carvalho... 17-4-1932»). Assim foram consideradas para esta bibliografia as críticas que apresentassem informação histórica.

Para a delimitação das épocas da História, seguimos a clássica: depois da Antiguidade, os habituais marcos: 467 dc., 1543 e 1914. Dentro de cada, procuramos seguir, tanto quanto possível, os

---

(7) O pouco tempo de que dispuzémos para a sua elaboração não nos permitiu consultar todas as publicações em que Alfredo Pimenta colaborou, o que contamos fazer oportunamente para tentar completar a sua bibliografia.

séculos. Juntamos como apêndice o índice alfabético dos seus livros e opúsculos de História de Portugal para facilitar a consulta desta bibliografia.

Guiou-nos neste trabalho, obviamente inconcluso, o intuito de prestar homenagem à memória de Alfredo Pimenta salientando o esforço que representa o seu trabalho de Investigador e reavivar o serviço que a sua obra pode e deve fazer na Inteligência Portuguesa.

## SIGLAS DAS OBRAS REFERENCIADAS

- A. A. H. — *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1940.
- B. A. H. — *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Lisboa.
- B. T. H. — *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, ed. do Arquivo Municipal de Guimarães.
- C. M. P. — Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940.
- D. N. — *Diário de Notícias*, «Cultura Estrangeira, Cultura Portuguesa», Lisboa, 1924 a 1950.
- E. F. C. — *Estudos Filosóficos e Críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930
- E. H. — *Estudos Históricos*, de I a XXV, de 1937 a 1948.
- F. M. H. P. — *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, Anais e Crónicas (Seleção, Prefácio e Notas de A. P.), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1948.
- H. L. P. I. — *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* — Publicada sob a direcção de Albino Forjaz Sampaio, da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Livraria Bertrand, 1932, vol. III.
- I. M. — *Idade Média* (Problemas e Soluções), Lisboa, Ed. do Ultramar, 1946
- N. E. F. C. — *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935
- Rev. Bras. — *Revista Brasília*, Coimbra, 1943, pg. 405.
- Rev. G. V. — *Revista Gil Vicente*, Guimarães.
- Sep. Bras. — Separata *Brasília*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Sep. G. V. — Separata da Revista *Gil Vicente*, Guimarães.
- Sep. Inst. — Separata de «*O Instituto*», Coimbra.
- Sep. Mel. P. L. — Separata de *Mélanges offerts a Paul Laumonier*, Paris, 1935.
- Sep M. P. — Separata de «*O Mundo Português*», Lisboa, 1937.
- S. H. P. — *Subsídios para a História de Portugal* (Textos e Juízos Críticos), Lisboa Ed. Europa, 1937.
- 3.º L. E. F. C. — *Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos*, Braga. Livraria Cruz, 1958.
- V. — *A Voz*, Lisboa, de 1927 a 1943.
- ★ — Obras que abrangem mais de um século.

ESTUDOS DE HISTÓRIA DE PORTUGAL SEGUNDO  
A CRONOLOGIA DA SUA TEMÁTICA

ANTIGUIDADE

- 1 — A Pedra Formosa da Citânia — *N. E. F. C.*, pg. 616.
- 2 — \* A Ler Salomon Reinach — *N. E. F. C.*, pg. 334.
- 3 — Jóias Arcaicas — *N. E. F. C.*, pg. 355.
- 4 — \* Coisas de Torres Novas — *S. H. P.*, pg. 339.
- 5 — \* Los Pueblos Primitivos de España, por Bosch Gimpera — *D. N.*, 24/11/1925.
- 6 — \* Memórias Arqueológicas da cidade do Porto, por Monsr. Con.º José Augusto Ferreira — *D. N.*, 3/9/1925 e *D. N.* 20/5/1931.
- 7 — \* O Conceito de Hispanidade — *N. E. F. C.*, pg. 62.
- 8 — \* Dois Eruditos Portugueses — *N. E. F. C.*, pg. 439. (Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga, por Monsr. Con.º José Augusto Ferreira; e Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, pelo Abade de Baçal).
- 9 — \* A História da Igreja do Pe. Miguel de Oliveira — *E. H.* IV, Lx., ed. do Autor, 1938.
- 10 — \* O Padre Miguel de Oliveira e a sua História da Igreja. Réplica pianíssima que lhe dá A. P. — *E. H.*, VI, Lx., ed. do Autor, 1938.
- 11 — \* Le Sénégal por G. G. Béslier — 3.º *L. E. F. C.* pg. 158.

IDADE MÉDIA

- 12 — \* Historia de las Instituciones Sociales y Politicas de Espana y Portugal durante los siglos V a XIV, por E. Mayer, Madrid, Centro de Estudios Historicos, 19255 — *D. N.*, 3/7/135.
- 13 — \* O Termo de Braga em 572 — *I. M.*, pg. 1.
- 14 — \* O Rei das Espanhas — *I. M.*, pg. 285.
- 15 — A palavra Hispannia nos Documentos Medievais — *I. M.*, pg. 21.
- 16 — \* Elementos de História de Portugal — Lx, Empresa Geral de Publicidade, 1934.
- 17 — \* Os Meus Elementos de História de Portugal e a Crítica — Lx, ed. do Autor, 1935.
- 18 — \* Plano para a História de Portugal — *B. A. H.*, 1938, pg. 192.
- 19 — \* Vimarani Monumenta Historica. A saeculo Nono Post Christum Usque Ad Vicesimum Jussu Vimaraniensis Senatus Edita, Partes I e II — *E. F. C.*, pg. 417.

- 20 — \* Memórias do Mosteiro do Paço de Sousa e Index dos Documentos do Arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles — Publicação e Prefácio de A. P. — Lisboa, *A. P. H.* 1942.
- 21 — A Conquista de Coimbra por Fernando Magno — Sep. *Inst.*, vol 90, 1939 *S. H. P.* pg. 1.
- 22 — \* vd. n.º 8.
- 23 — \* As Cortes Antigas em Portugal — *S. H. P.*, pg. 386.
- 24 \* A Catedral Mozarabe de Coimbra, no século XI — *I. M.*, pg. 15 e 3.º *L. E. F. C.*, pg. 67.
- 25 — \* Os Forais Medievais Vimaranenses — Sep. *A. H.*, 1940.
- 26 — \* D. Tereza de Portugal e Fernando Peres de Trava — *I. M.*, pg. 63.
- 27 — \* Chronicon Conimbricense — *F. M. H. P.*, pg. 1.
- 28 — \* Crónica dos Godos — *I. M.*, pg. 273.
- 29 — \* A História dos Godos — *F. M. I. P.*, pg. 22.
- 30 — \* Alguns Documentos para a História da Idanha-a-Velha — ed. Junta Provincial da Beira Baixa, 94.
- 31 — \* Quando se armou cavaleiro D. Afonso Henriques? — *V.* 11/3/938.
- 32 — \* Inédito Precioso do Cardeal Saraiva, publicado e documentado por A. P. — *E. H.* XII, Lisboa, ed. Instituto Para a Alta Cultura, 1940.
- 33 — A Data da Fundação da Nacionalidade (24 de Junho de 1128) — *E. H.* VII, ed. Arq.º Municipal de Guimarães, 1939.
- 34 — \* Onde nasceu Portugal — *E. H.* IX, ed. Arq.º Municipal de Guimarães, 1940.
- 35 — A Fundação e a Restauração de Portugal — Ed. Camara Municipal de Guimarães, 1940.
- 36 — \* A Celebração dos Centenários — *V.* 7/1/1939.
- 37 — As Festas dos Centenários — Lisboa, 1939.
- 38 — Biblos-vol. 5 n.ºs 5 e 6, Coimbra, Impr. da Universidade (Comentário à tese de Amorim Girão sobre a Independência Portuguesa e o Factor Geográfico) — *D. N.* 9/8/1929.
- 39 — \* Guimarães 1128 a 1940 — Guimarães, ed. da Câmara Municipal de Guimarães, 1940.
- 40 — \* Guimarães — Sep. *M. P.*, 1937.
- 41 — Quando foi dado a D. Afonso Henriques o título de Rei — *S. H. P.*, pg. 47.
- 42 — Notas de Diplomática — *E. H.*, Lx. ed. do Autor, 1939.
- 43 — Apostilla às Notas de Diplomática — *E. H.* X, ed. Arq.º Municipal de Guimarães, 1939.

- 44 — O Milagre de Ourique e as Cortes de Lamego, por António Cabreira, Lx. 1925 — *D. N.* 21/11/1925.
- 45 — O Problema de Ourique e as Cortes de Lamego — *E. F. C.*, pg. 194.
- 46 — Biblos, vol. III, n.ºs 11 e 12, Univ. de Coimbra (Referência ao estudo de David Lopes sobre o problema de Ourique — *D. N.* 4/2/1928.
- 47 — A Batalha de Ourique — *V.* 30/3/1932.
- 48 — Ainda a Batalha de Ourique—*E. H.* XXIII, Lx. ed. do Autor, 1945 e *I. M.*, pg. 129.
- 49 — vd. n.º 8, 22.
- 50 — Rei dos Portugueses — *I. M.*, pg. 177.
- 51 — A Data do Combate de Valdevez — *E. H.*, XIV, Lx. Liv.ª Portugália, 1940.
- 52 — Carta de Feudo a Claraval — *E. H.*, XXIV, ed. Arq.º Municipal de Guimarães, 1947.
- 53 — Amadeo da Mauritania — *I. M.*, pg. 275.
- 54 — Relato da Conquista de Santarém — *F. M. H. P.*, pg. 93.
- 55 — A Conquista de Lisboa em 1147 — Nota à margem da História de Portugal de Alexandre Herculano — *E. H.*, I, Lx. ed. do Autor, 1937.
- 56 — \* A Conquista de Lisboa — *F. M. H. P.*:  
— Carta do Cruzado Inglês — pg. 107.  
— A Carta de Duodechino — pg. 124.  
— Relatório Anónimo — pg. 131.  
— Carta de Arnulfo a Milão — pg. 133.
- 57 — \* Lisboa do Meu Tempo e do Passado — *N. E. F. C.*, pg. 457.
- 58 — \* A Façanha de Martim Moniz — *E. H.* XXV, Lx., ed. Liv.ª Portugália, 1940.
- 59 — O Feito de Martim Moniz — *F. M. H. P.* pg. 147.
- 60 — A Doação de Afonso de Ansemondes a 10 de Novembro de 1154 (Texto e Comentário por A. P. — *E. H.*, V, Lisboa, ed. do Autor, 1938.
- 61 — \* Três Documentos Affonsinos, publicados e comentados por A. P. — *Sep Int.*º, Vol. V, 1940.
- 62 — \* Quatro Documentos Affonsinos — *I. M.*, pg. 150.
- 63 — \* A Bula Manifestis Probatum de Alexandre III em 23 de Maio de 1179 — *S. H. P.*, pg. 27.
- 64 — O nome de D. Afonso Henriques nos documentos medievais—*E. H.* IX, Lisboa, ed. do Autor, 1939.
- 65 — Cargos na Corte de D. Afonso I — *I. M.* pg. 185.
- 66 — Pedro Afonso, Bastardo de D. Afonso I — *I. M.*, pg. 185.

- 67 — O Foral de Pena Ruiva e o de Vila-Franca — *I. M.*, pg. 121.
- 68 — Anotações ao tomo IV da História de Portugal de Gonzaga de Azevedo — *I. M.*, pg. 73.
- 69 — A Conquista de Silves — *F. M. H. P.* pg. 159.
- 70 — Pequena Crónica de Santa Cruz de Coimbra — *F. M. H. P.* pg. 55.
- 71 — As Duas Rainhas Mulheres de Afonso IX — *I. M.* pg. 279.
- 72 — As Chancelarias Medievais Portuguesas da Senhora Abiah E. Reuter — Esboço Crítico por A. P. — *E. H.*, XIII, ed. Arq.º Municipal de Guimarães, 1940.
- 73 — O Cartulário do Mosteiro do Crasto — *B. T. H.*, n.º especial, 1938.
- 74 — Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente — *F. M. H. P.*, pg. 141.
- 75 — vd. n.º 12.
- 76 — vd. n.º 14.
- 77 — vd. n.º 15.
- 78 — vd. n.º 16.
- 79 — vd. n.º 17.
- 80 — vd. n.º 18.
- 81 — vd. n.º 23.
- 82 — vd. n.º 19.
- 83 — vd. n.º 25.
- 84 — vd. n.º 39.
- 85 — vd. n.º 40.
- 86 — vd. n.º 61.
- 87 — vd. n.º 62.
- 88 — vd. n.º 30.
- 89 — vd. n.º 20.
- 90 — Alguns Forais Espanhóis — *I. M.*, pg. 219.
- 91 — Vida de S. Teotónio — *F. H. H. P.*, pg. 85.
- 92 — \* A História de Portugal vista através de estrangeiros — *E. F. C.* pg. 204.
- 93 — \* A História de Portugal no Estrangeiro — *N. E. F. C.*, pg. 327.
- 94 — A Doação de Villa do Conde a Maria Paes, a Ribeirinha — *E. H.* XXV, ed. do Arq.º Municipal de Guimarães, 1948.
- 95 — Na Batalha de Navas de Tolosa — *I. M.*, pg. 282.

- 96 — Para a História das Inquirições Régias — Rev. *GV*. n.º 3, 6, 7, 1940.
- 97 — O Foral de Figueiró dos Vinhos — *I. M.* pg. 207.
- 98 — Santo António, Leitor de Teologia — *N. E. F. C.* pg. 208.
- 99 — polémica Histórica com o Sr. A. Botelho da Costa Veiga — Lx. Ed. do Autor, 1936.
- 100 — Breves Notas às Questões Históricas do S. A. — Botelho de Costa Veiga Lx. ed. do autor, 1938.
- 101 — A Conquista do Algarve — *F. M. H. P.* pg. 187.
- 102 — Dois Bispos de Coimbra ao mesmo tempo, no século XIII — *Sep. Inst.* vol. 101, 1942.
- 103 — A Bula Ea Te Novimus — *I. M.*, pg. 199.
- 104 — O que é Nutuit? — *I. M.*, pg. 276.
- 105 — O Foral de Chaves (15 de Maio de 1258) — *E. H.* III, Lx. ed. do Autor, 1938.
- 106 — O Problema de Pedro Hispano — *N. E. F. C.* pg. 208.
- 107 — A Santa Verónica da Colegiada de Guimarães — *B. T. H.* n.º 3, 1939.
- 108 — Quando morreu D. João 2.º Bispo de Lamego? — *S. H.* pg. 347.
- 109 — Dante e Santo António — *N. E. F. C.* pg. 690.
- 110 — \* A Universidade Portuguesa — *F. M. H. P.* :  
— Petição de 12 de Novembro de 1288 — pg. 191.  
— Para a organização do Estudo Geral em Lisboa (1290) — pg. 196.  
— vd. n.º 129.
- 111 — Fuero Real de Afonso X, o Sábio, Versão Portuguesa do século XIII, publicado e comentado por A. P. — Lx. ed. Instituto Para A Alta Cultura, 1946.
- 112 — Portugal Censatário da Santa Sé — *S. H. P.*, pg. 63.
- 113 — \* Vínculos Portugueses — Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 1932.
- 114 — \* Primeiro Esboço de Catálogo dos Cónegos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (século XIII ao século XV) — *Notícias de Guimarães*- 27 - 4 - 1940.
- 115 — \* Cartas de Reis — colecção de Cartas de Reis da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (inéditas) — *B. T. H.*, 1933, n.º 2, 3.
- 116 — vd. n.º 8, 22, 49.
- 117 — vd. n.º 16, 78.
- 118 — vd. n.º 17, 79.
- 119 — vd. n.º 18, 80.
- 120 — vd. n.º 23, 81.

- 121 — vd. n.º 19, 82.
- 122 — vd. n.º 25, 83.
- 123 — vd. n.º 39, 84.
- 124 — vd. n.º 40, 85.
- 125 — vd. n.º 30, 88.
- 126 — vd. n.º 90.
- 127 — vd. n.º 57.
- 128 — vd. n.º 20, 89.
- 129 — O Sólho Célebre de D. Diniz — *S. H. P.*, pg. 71
- 130 — Nomeação de Afonso Paes de Omar (1338) — vd n.º 109 pg. 208.  
— Transferência do Estudo Geral para Lisboa — vd n.º 109, pg. 202.
- 131 — A Batalha do Salado — *F. M. H. P.* pág. 211.
- 132 — O Rei Formoso e a Flor da Altura — *E. F. C.* pg. 217.
- 133 — Quem Matou o Andeiro? — *I. M.* pg. 288.
- 134 — \* Grandes Reportagens de Outros Tempos, por Amadeu Patrício — *D. N.* 21/8/1938.
- 135 — A Crise de 1383-85 — *I. M.* pg. 259.
- 136 — A Crise de 1383-85 — Robustecimento do Espírito Nacional, Consolidação da Independência — *C. M. P.*
- 137 — \* A História de Portugal do Sr. António Sérgio — *E. H.* XVII, Lx. ed. do Autor, 1941.
- 138 — \* A Batalha de Aljubarrota — *F. M. H. P.*:  
— Carta de D. João de Castela à Cidade de Múrcia — pg. 257.  
— Carta de Pesames de Clemente VII a D. João de Castela — pg. 263.  
— Narrativa da Batalha de Aljubarrota por Pedro Lopes de Ayala — pg. 266.  
— Narração de Froissat — pg. 279.  
— Capítulos 38 e 42 da 2.º metade da Crónica del Rey D. João de Boá-Memória, por Fernão Lopes — pg. 312.
- 139 — O Sr. Júlio Dantas, erudito — *V.* 6/3/1931.
- 140 — \* A Erudição do Sr. Júlio Dantas — *V.* 10/4/1931.
- 141 — A Embaixada do Infante D. Diniz à Corte da Inglaterra em 1388 — 3.º 1.º *E. F. C.*, pg. 123.
- 142 — As Tréguas de Monção de 1389 — *I. M.*, pg. 317.
- 143 — Jácome de Maiorca — *I. M.*, pg. 219.
- 144 — A Crónica do Condestabre — *D. N.* 4/4/1931.

- 145 — Para a História da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães — *B. T. H.*, 1941, vol. I.
- 146 — O Altar mór da Colegiada de Guimarães — *SHP*, pg. 352 e *B. T. H.*, 1949-50, n.º 4.
- 147 — vd. n.º 8, 22, 49, 146.
- 148 — vd. n.º 16, 78, 117.
- 149 — vd. n.º 17, 79, 118.
- 150 — vd. n.º 18, 80, 119.
- 151 — vd. n.º 23, 81, 120.
- 152 — vd. n.º 25, 83, 122, 126,
- 153 — vd. n.º 39, 84, 123.
- 154 — vd. n.º 40, 85, 124.
- 155 — vd. n.º 30, 88, 125.
- 156 — vd. n.º 90, 126.
- 157 — vd. n.º 113, 157.
- 158 — vd. n.º 57 129.
- 159 — vd. n.º 114.
- 160 — vd. n.º 20, 89, 128.
- 161 — vd. n.º 36.
- 162 — Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV, por Joaquim de Carvalho, ed. Univ. de Coimbra, 1949 (Carta de Bruges — 1424-1428) — *D. N.* 25/5/1950.
- 163 — As Ilhas dos Açores (Esboço de Síntese Histórica) — *E. H.* XXI, Lx. ed. do Autor, 1943 e I. M. pg. 365.
- 164 — A Crónica da Tomada de Ceuta — Introdução, Selecção e Notas de A. P. — Lx, Liv. Clássica Editora, 142.
- 165 — A 2.º edição da Crónica da Guiné de Zurara — *S. H. P.* pg. 359.
- 166 — O Problema do Descobrimento das ilhas de Cabo Verde — 3.º *L. E. F. C.* pg. 339.
- 167 — «José Vizinho» por António Barboza — *D. N.* 21/9/1937.
- 168 — Viagem de Diogo Teive e Pero Vasquez de la Frontera à Terra Nova em 1452 — 3.º *L. E. F. C.* pg. 331.
- 169 — Os Teives por Carlos F. de Figueiredo Valente, Lx. 1934 — *D. N.* 30/12/1934.
- 170 — O Infante D. Henrique — *N. E. F. C.*, pg. 266.

- 171 — Os Testamentos do Infante D. Henrique — *I. M.*, pg. 329.
- 172 — A Imitação de Cristo (tradução de Fr. João Alvares) — V. 17/2/1939.
- 173 — Memória Anónima da Torre do Tombo — *F. M. H. P.*, pg. 48.
- 174 — A Vida de Dom Telo — *F. M. H. P.*, pg. 78.
- 175 — \* Leituário da Sé de Lamego — Publicação e Prefácio por A. P. — Sep *A. P. H.* 1942.
- 176 — As Liberdades Municipais do século XV — *B. T. H.*, 1944, n.º 1 e 2.
- 177 — \* O Índice dos Elementos para a História do Município de Lisboa — V. 11/9/1942.
- 178 — A História de Portugal através de Estrangeiros — 3.º *L. E. F. C.*, pg. 201.
- 179 — vd. n.º 8, 22, 49, 147.
- 180 — vd. n.º 16, 78, 117, 148.
- 181 — vd. n.º 17, 79, 118, 149.
- 182 — vd. n.º 18, 80, 119, 150.
- 183 — vd. n.º 23, 81, 120, 151.
- 184 — vd. n.º 39, 84, 123, 153.
- 185 — vd. n.º 40, 85, 124, 154.
- 186 — vd. n.º 113, 157.
- 187 — vd. n.º 137.
- 188 — vd. n.º 4.
- 189 — vd. n.º 11, 189.
- 190 — vd. n.º 6.
- 191 — vd. n.º 7.
- 192 — vd. n.º 114, 159.
- 193 — vd. n.º 20, 89, 128, 160.

#### IDADE MODERNA

- 194 — vd. n.º, 134.
- 195 — Cristobal Colon — *N. E. F. C.* pg. 215.
- 196 — Le Secret de Cristophe Colomb, par Charles Giafferi et René Le Gentil, ed. du Berger-Levrault, Paris, 1937 — *D. N.* 22/5/1938.
- 197 — Quando chegou a Lisboa a notícia do Descobrimento da Índia — *I. M.* pg. 343.

- 198 — O Descobrimento do Brasil — *S. H. P.*, pg. 135.
- 199 — O Descobrimento do Brasil — *E. H.* XX, Lx. ed. Liv.<sup>a</sup> Portugália, 1942.
- 200 — Coisas da Índia — 3.<sup>o</sup> *L. E. F. C.*:  
 — O Roteiro de D. João de Castro — pg. 78.  
 — Les Guerres du Poivre, Les Portugais dans l'Océan Indien et la Mer Rouge au XVI<sup>eme</sup> — pg. 85.  
 — «Albuquerque» par René Bouvier — pg. 92.
- 201 — No Claustro dos Jerónimos: «Onde Estamos?» — ?29/4/?:
- 202 — \* Cartografia e Cartógrafos Portugueses — *S. H. P.*, pg. 199.
- 203 — A Propósito de uma Crítica (acerca da Cartografia e Cartógrafos Portugueses, por Armando Cortezão) — *V.* 3/7/1936.
- 204 — Cartas das Novas — 3.<sup>o</sup> *L. E. F. C.* pg. 98.
- 205 — Zweig e Fernão de Magalhães — *V.* 25/2/1938.
- 206 — Relações de Pero de Alcáçova Carneiro — 3.<sup>o</sup> *L. E. F. C.* pg. 103.
- 207 — \* Agência Geral das Colónias — *V.* 7/6/1940.
- 208 — Brotéria, vol. XV, fasc. 2-3, Lx. (Rui de Pina, pelo Pe. Domingos Maurício S. J.) — *D. N.* 22/9/1932.
- 209 — Quem foi o primeiro Correio-Mór do Reino? — *V.* 1/5/1942.
- 210 — D. João III — Porto, Liv.<sup>a</sup> Tavares Martins, 1936.
- 211 — D. João III, Carlos V e Francisco I — *S. H. P.*, pg. 149.
- 212 — Cartas de D. João III — *N. E. F. C.*, pg. 320.
- 213 — A Propósito das «Letters of the Court of John III King of Portugal» 3.<sup>o</sup> *L. E. F. C.* pg. 134.
- 214 — A Embaixada extraordinária de Claude La Guiche junto de D. João III — 3.<sup>o</sup> *L. E. F. C.* pg. 112.
- 215 — O Claustro de D. João III em Tomar, por Vieira Guimarães, Gaia, 1930 — *N. E. F. C.* pg. 700.
- 216 — Para a História do Arcebispado de Braga — *B. T. H.*, 1939, vol. 4, n.<sup>o</sup> 1.
- 217 — vd. n.<sup>o</sup> 57, 127, 158.
- 218 — Gil Vicente, Trovador Mestre da Balança, por Anselmo Braancamp Freire, 2.<sup>a</sup> ed. — *D. N.* 29/5/1950.
- 219 — O Erasmismo de Gil Vicente — *N. E. F. C.* pg. 244.
- 220 — Gil Vicente e Erasmo — *Rev. G. V.*, 1936, vol. XLL n.<sup>os</sup> 11 e 12.
- 221 — Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, leitura, revisão e prefácio de A. Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, 1939 — *D. N.* 5/5/1939



A casa da Rua de Pinheiro Chagas, n.º 16, em Lisboa, em cujo 1.º andar vivia, e ali faleceu, o Dr. Alfredo Pimenta.



O gabinete de trabalho de Alfredo Pimenta na casa da Rua de Pinheiro Chagas, 16-1.º, em Lisboa.

- 222 — A Misericórdia do Porto — *S. H. P.*, pg. 127.
- 223 — A História de Portugal através dos Estrangeiros — Le vrai Nom de Nicolas Clenard, por Alph. Roersch extraits de Mélanges d'Histoire offerts à H. Pirenne, Gand, 1926 — *E. F. C.* pg. 211.
- 224 — Clenardo e o seu Tempo, por Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira, ed. Coimbra Ed. Lmt.<sup>a</sup>, 1949 — *D. N.* 20/2/1950.
- 225 — As Relações Germânicas do Humanismo de Damião de Góis, por Albin Eduard Beau, Univ. de Coimbra, 1941 — *D. N.* 22/12/1949.
- 226 — «Damião de Góis na Livraria Real de Música» — 3.º *L. E. F. C.* pg. 126.
- 227 — \* Pelo Império (a propósito de Cristovão da Gama) — *V.* 13/1/1936.
- 228 — Vasco da Gama — *V.* 7/6/1941.
- 229 — vd. n.º 312.
- 230 — Ha Sancta Vida e Religiosa Conuersaçam, de Frey Pedro, Porteiro do Mõesteiro de Sanct Domingos de Euora, Scripta per ho Doctor Meestr<sup>e</sup> Andree Resende, edição facsimilada por Seraphim Neto Edição Dois Mundos — *D. N.* 31/1/1950.
- 231 — A infância de D. António Prior do Crato — 3.º *L. E. F. C.* pg. 136.
- 232 — Uma Carta de Diogo de Murça — 3.º *L. E. F. C.* — pg. 142.
- 233 — \* Uma História da Companhia de Jesus em Portugal — *N. E. F. C.* — pg. 469.
- 234 — \* Uma História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, tomo II, vol. I, por Francisco Rodrigues S. J., Porto, 1938 — *D. N.* 21/12/1931, *D. N.*, 12/1/1932, *D. N.* 21/1/1935.
- 235 — «Os Jesuítas no Brasil e a Medicina» por Serafim Leite — *D. N.* 21/9/1937.
- 236 — A propósito da Sigla I H S — Sep. *In Memoriam do Dr. Campos Monteiro*, Porto, 1937.
- 237 — \* Gomes Teixeira, Historiador das Matemáticas em Portugal — *S. H. P.* pg. 214
- 238 — A Naturalidade de Francisco Sanchez — *Lx. Org. Bloco*, 1950.
- 239 — Guimarães no século XVI — *S. H. P.* pg. 161.
- 240 — A Propósito dos Paços do Duque de Bragança em Guimarães — *E. H.*, XIX, ed. do Arq.º Municipal de Guimarães, 1940.
- 241 — Uma Carta Inédita de D. Catarina ao Cabido da Colegiada de Guimarães e um rascunho da resposta deste — *B. T. H.* 1933, n.º 1.
- 242 — Livro dos Roubos q os franceses e vasalos del Rej de frança fizeram aos Moradores desta Vila de Guimarães e seu Termo — ed. Arq.º Municipal de Guimarães, 1940.
- 243 — Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão — *N. E. F. C.*, pg. 382.

- 244 — Camões e a Infanta — *V.*, 2/2/1933.
- 245 — A Lírica de Camões — *N. E. F. C.*, pg. 533.
- 246 — O Título dos Lusíadas — *N. E. F. C.*, pg. 595.
- 247 — vd. n. 312.
- 248 — História da Censura Intelectual em Portugal por Silva Bastos, ed. Impr. da Univ. de Coimbra, 1926 — *E. E. C.* pg. 308.
- 249 — Pierre Ronsard foi Cavaleiro da Ordem de Cristo? — Sep. *P. L.*
- 250 — O «D. Sebastião» do Sr. Queiróz Veloso — *V.* 6/3/1936.
- 251 — Sobre Uriel da Costa — *N. E. F. C.*, pg. 314.
- 252 — Duarte Darmas e o seu Livro das Fortalezas — *E. H.* XXII, Lx. ed. do Autor, 1944.
- 253 — \* O Império Colonial factor de Civilização — Lx. 1936, (Conferência do Ciclo de Alta Cultura Colonial), pronunciada, na tarde de 28 de Março de 1936, na Academia das Ciências de Lisboa.
- 254 — Portugal em África — 3.º *L. E. F. C.*, pg. 183.
- 255 — vd. n.º 177.
- 256 — vd. n.º 16, 78, 117, 148, 180.
- 257 — vd. n.º 17, 79, 118, 149, 181.
- 258 — vd. n.º 18, 80, 119, 150, 182.
- 259 — vd. n.º 23, 81, 120, 151, 183.
- 260 — vd. n.º 113, 157, 186, 260.
- 261 — vd. n.º 8, 22, 99, 147, 179.
- 262 — vd. n.º 4, 188.
- 263 — vd. n.º 20, 89, 128, 160, 193.
- 264 — Anales de Madrid (anos de 1598 a 1621) de Léon Pinelo, edicion y estudio critico por Ricardo Martorell Tellez-Giron en La Libreraria Estanislao Mestre, Madrid, 1931 — 3.º *L. E. F. C.*, pg. 250.
- 265 — Ceilão Português — *S. H. P.*, pg. 173.
- 266 — Quando morreu Cristóvão de Moura? — *V.* 1/5/1943.
- 267 — Contribuição feita pela Câmara em 1624 — *B. T. H.* 1933, n.º 1.
- 268 — On a Portuguese Carrack's Bill of Landing in 1625 de C. R. Boxer — 3.º *L. E. F. C.*, pg. 338.
- 269 — Frei Luís de Sousa — (introdução, selecção e notas de A. P.) — Lx, Liv.ª Clássica Editora, 1943.

- 270 — Uma Carta Inédita de D. Margarida, Duquesa de Mântua, Regente de Portugal ao Cabido de Guimarães — *B. T. H.*, 1933, n.º 1.
- 271 — Plágios, Influências, Sugestões, etc. — *V.*, 23/12/1930, *V.* 18/1/1931, *V.* 10/2/1931, *V.* 13/2/1931.
- 272 — Biblos, vol. V, n.ºs 7 e 8 da Fac. de Letras de Coimbra (Acerca da questão Filipina por Queirós Veloso) — *D. N.*, 29/10/1930.
- 273 — Os Srs. Prof. André Velasco e Queirós Veloso plagiadores. Subsídio para as suas biografias mentais — Lx. ed. José Fernandes Júnior, 1931.
- 274 — vd. n.º 35.
- 275 — \* A Quem Pertence a Casa de Bragança? — Lx., ed. do Autor, 1933.
- 276 — \* Os Bens da Casa de Bragança — Lx. ed. do Autor, 1934
- 277 — Há 295 anos — *V.* 1/12/1935.
- 278 — vd. n.º 36, 161.
- 279 — \* As Tolices de D. Gonzalo (acerca do problema do Absolutismo em Portugal) — *V.* 1/8/1931.
- 280 — Livros das Cartas dos Familiares do Santo Officio — *V.*, 1/8/1931.
- 281 — Inquirições sobre a pureza do sangue em cumprimento do Breve «Exponi Nobis» de 12 de Julho de 1636 de Urbano VIII — *B. T. H.*, 1933, n.º 2.
- 282 — O Problema da estigmatização — *N. E. F. C.*, pg. 232.
- 283 — «Causa da Nulidade do Matrimónio entre a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e o Rei D. Afonso VI», por António Baião, Impr. de Univ. de Coimbra, 1925 — *D. N.* 21/12/1925.
- 284 — A Doença de Afonso VI e a anulação do seu matrimónio, por J. A. Pires de Lima e A. A. Pires de Lima, Porto, 1926 — *D. N.* 3/9/1930.
- 285 — Épocas de Portugal Económico, por J. Lúcio de Azevedo, edit. Livraria Clássica Editora, 1929 — *D. N.*, 10/6/1929.
- 286 — Portugal e a Inglaterra — *V.*, 13/11/1935.
- 287 — Sobre o Lugar de origem dos Antepassados de B. de Espinoza, por Joaquim de Carvalho, Impr. da Univ. Coimbra, 1930 — *D. N.* 3/9/1930.
- 288 — Os Históricos de Alcobaça — Introdução, Selecção e Notas — Lx. ed. Liv. Clássica Editora, 1943.
- 289 — Corpo Diplomático Português, vol. XV — 3.º L.º *EF. C.* pg. 151.
- 290 — A Literatura Portuguesa no «Index Librorum Prohibitorum — *D. N.*, 13/2/1930.
- 291 — As Cartas da Freira — *E. F. C.*, pg. 359.
- 292 — vd. n.º 16, 78, 117, 148, 180, 256.

- 293 — vd. n.º 17, 79, 118, 149, 181, 257.
- 294 — vd. n.º 18, 80, 119, 150, 182, 258.
- 295 — vd. n.º 39, 84, 123, 153, 184.
- 296 — vd. n.º 40, 85, 124, 154, 185.
- 297 — vd. n.º 113, 157, 186, 260.
- 298 — vd. n.º 23, 81, 120, 151, 183, 259.
- 299 — vd. n.º 8, 22, 49, 147, 179, 261.
- 300 — vd. n.º 57, 127, 158, 217.
- 301 — vd. n.º 7, 191, 301.
- 302 — vd. n.º 20, 89, 128, 160, 193, 263.
- 303 — vd. n.º 207.
- 304 — D. João V e a Santa Sé — *S. H. P.*, pg. 225.
- 305 — Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa — 3.º *L. C. E. F.*, pg. 168.
- 306 — Cartas da Rainha D. Mariana Vitória — 3.º *L. E. F. C.*, pg. 174.
- 307 — Dedução Chronologica e Analytica. Parte Primeira dada à luz pelo Doutor Joseph Seabra da Sylva em Lisboa, 1767 — *D. N.* 26/10/1932.
- 308 — vd. n.º 279.
- 309 — A Política Económica de Pombal — *V.* 17/5/1935.
- 310 — Um Historiador Português (J. Lúcio de Azevedo) — *V.*, 29/5/1935.
- 311 — Descendência dos 1.ºs Marquezes de Pombal — 3.º *L. F. C.*, pg. 174.
- 312 — As novas Epánoforas — *N. E. F. C.*, pg. 520.
- 313 — A Senhora de Pangim — Sep. *Bras.*, 1942, Coimbra.
- 314 — A Senhora de Pangim: Joaquim da Silveira — Alfredo Pimenta — *Rev. Bras.*, 1943, pg. 405.
- 315 — Na Academia Real das Sciencias — *V.* 10/12/1929, *V.* 11/12/1929, *V.* 15/12/1929.
- 316 — No centenário do Padre José Correa da Serra — *D. N.*, 4/4/1959.
- 317 — A propósito do Duque de Lafões — *V.* 20/6/1931.
- 318 — \* Correspondência de Carácter Militar dos séculos XVIII e XIX existentes no Arq.º Municipal de Guimarães — *B. T. H.*, 1933, n.º 5.
- 319 — Três Manuscritos... Obras Várias (I e II). História del Mariscal Duque de Berwick — *D. N.*, 6/1931.
- 320 — A volta do Judeu — *V.*, 2/6/1935.

- 321 — vd. n.º 229, 247, 312.
- 322 — vd. n.º 32.
- 323 — vd. n.º 175.
- 324 — Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro — 3.º *L. E. F. C.*, pg. 130.
- 325 — A Literatura Portuguesa no Index Librorum Prohibitorum — *D. N.*, 13/3/1930.
- 326 — A História num Romance de Camilo — *N. E. F. C.*, pg. 284.
- 327 — vd. n.º 16, 78, 117, 148, 180, 256, 292.
- 328 — vd. n.º 17, 79, 118, 149, 181, 257, 293.
- 329 — vd. n.º 18, 80, 119, 150, 182, 258, 294.
- 330 — vd. n.º 23, 81, 120, 151, 183, 259, 298.
- 331 — vd. n.º 113, 157, 186, 260, 297.
- 332 — vd. n.º 39, 84, 123, 153, 184, 295.
- 333 — vd. n.º 40, 85, 124, 154, 185, 296.
- 334 — vd. n.º 137, 187.
- 335 — \* vd. n.º 8, 22, 49, 147, 179, 261, 299.
- 336 — vd. n.º 237.
- 337 — vd. n.º 20, 89, 128, 160, 193, 263, 302.
- 338 — Padre José Agostinho de Macedo — *H. L. P. I.*, vol. III, pg. 317 a 327.
- 339 — Lista dos Religiosos do Convento de S. Francisco de Guimarães no anno de 1818. — *B. T. H.*, 1939, n.º 1.
- 340 — A Introdução do Constitucionalismo em Portugal — *E. F. C.*, pg. 183
- 341 — O D. João VI do Marquês de Lavradio — *E. H. II.*, ed. do Autor, Lx, 1937.
- 342 — A Inglaterra e o reinado de D. Miguel — *V.* 17/1/1929.
- 343 — A Realeza de Dom Miguel — *V.* 13/6/1929.
- 344 — A Convenção de Évora-Monte — *V.* 26/6/1934.
- 345 — A Maria da Fonte, Republicana? — *V.* 19/9/1928.
- 346 — Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa e Brasileira — *Sep. Bras.* vol. III, 1944.
- 347 — Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa e Brasileira — *Rev. Bras.*, 1949, pg. 155.

- 348 — \* Para a História das Relações entre Portugal e a Inglaterra—Dois Documentos Inéditos publicados e anotados por A. P.—*E. H.* XVII, ed. do Autor, 1942.
- 349 — Brotéria, vol. XV, fase, 2-3, Lx. 1932 (acerca de Alexandre Herculano) *D. N.*, 22/9/1923.
- 350 — Para a História do Arquivo da Torre do Tombo — *S. H. P.*, pg. 301.
- 351 — Portugal e os católicos de Nova-York — *S. H. P.*, pg. 261.
- 352 — Coelho da Rocha e Camilo Castelo Branco — *Rev. G. V.*, 1947.
- 353 — História das Conferências do Casino, por António Salgado Júnior, Lx. 1930. *D. N.*, 2/7/1930.
- 354 — Mestres do Pensamento — Conferência realizada no Ateneu Comercial de Braga (1/3/1941) — Braga, ed. Ateneu Comercial, 1941.
- 355 — vd. n.º 318.
- 356 — No centenário do nascimento de Guerra Junqueiro: Duas Cartas Inéditas *D. N.*, 30/8/1950.
- 357 — Correspondência de J. P. Oliveira Martins, ed. António Maria Pereira, Lx. 1926 — *D. N.*, 16/9/1930.
- 358 — Oliveira Martins, Historiador — *V.*, 28/3/1930.
- 359 — Comentário a um Discurso (a geração de Ramalho Ortigão) — *V.*, 9/9/1935.
- 360 — Cartas Inéditas de Francisco Martins Sarmiento a Joaquim Possidónio da Silva (11/3/1876-1892) — *B. T. H.*, 1933, n.º 1.
- 361 — Martins Sarmiento, Esboço Crítico — *E. F. C.*, pg. 478.
- 362 — Martins Sarmiento, Literato e Historiador (Conferencia) — Lx. ed. José Fernandes Júnior, 1933.
- 363 — Literatura Portuguesa no «Index Librorum Prohibitorum» — *D. N.*, 13/2/1930, *D. N.*, 13/3/1940.
- 364 — vd. n.º 227.
- 365 — Chaimite — Lx, Agência Geral do Ultramar, 1936.
- 366 — Mouzinho de Albuquerque — *V.* 5/1/1936.
- 367 — No «Bocage» de Teófilo Braga — *S. H. P.*, pg. 344.
- 368 — Para a História das Relações entre Portugal e a Alemanha (1884-1914) — *E. H.*, XVI, Lx. ed do Autor, 1941.
- 369 — O Ultimatum Inglês — *V.*, 11/1/1938.
- 370 — O Discurso de Tanger — *V.*, 31/3/1943.
- 371 — vd. n.º 16, 78, 117, 148, 180, 256, 292, 327.

- 372 — vd. n.º 17, 79, 118, 150 181, 257, 293, 328.  
373 — vd. n.º 18, 80, 120, 151, 183, 259, 295, 330.  
374 — vd. n.º 23, 81, 121, 152, 184, 260, 299, 331.  
375 — vd. n.º 39, 84, 124, 154, 185, 296, 333.  
376 — vd. n.º 40, 85, 125, 155, 186, 297, 334.  
377 — vd. n.º 114, 158, 187, 361, 298, 332.  
378 — vd. n.º 138, 188, 335.

### IDADE CONTEMPORANEA

- 379 — Cartas Políticas de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Manuel II (Colligadas por A. P.). (Com um prefácio de «Um Monárquico») — Lx. 1922.  
380 — Aditamento aos Elementos da História de Portugal — Lx. Empresa Geraç de Publicidade, 1937.  
381 — vd. n.º 254.  
382 — vd. n.º 138, 188, 335, 438.  
383 — Dois Historiadores Portugueses  
— J. Lúcio de Azevedo  
— Caetano Beirão — *S. H. P.*, pg. 275.  
384 — vd. n.º 286.  
385 — À Memória do Doutor José Leite de Vasconcelos — *Ethos*, vol. III, pg. XXXIX, 1948.  
386 — Guerra Junqueiro — *N. E. F. C.*, pg. 232.  
387 — Ricardo Jorge — *N. E. F. C.*, pg. 506.  
388 — Para a História do Arquivo Municipal de Guimarães — *B. T. H.*, 1933, n.º 5.  
389 — Para a História da Academia Portuguesa de História — Lx. ed. do Autor, 1958.  
390 — vd. n.º 276.  
391 — vd. n.º 277.  
392 — vd. n.º 36, 162.

### 3. ÍNDICE ALFABÉTICO DOS LIVROS E OPÚSCULOS DE HISTÓRIA DE PORTUGAL DE ALFREDO PIMENTA

- A Carta de Feudo a Claraval — Estudo Histórico XXIV, Guimarães, ed. Arq.º Municipal, 1947.
- A Conquista de Coimbra por Fernando Magno — Sep. de «O Instituto», vol. 90 Figueira da Foz, 1936.
- A Conquista de Lisboa em 1147 — Nota à margem da História de Portugal de Alexandre Herculano — Estudo Histórico I, Lx. ed. do Autor, 1937.
- A Data da Fundação da Nacionalidade (24 de Junho de 1128) — Estudo Histórico VII, Guimarães, ed. Arq. Municipal, 1939.
- A Data do Combate de Valdevez — Estudo Histórico XIV, Lx. Liv.ª Portugália, 1940.
- A doação de Afonso de Ansemondes de 10 de Novembro de 1154 (Texto e comentário por A. P.) — Estudo Histórico V. Lx., ed. do Autor, 1938,
- A doação de Vila do Conde a Maria Paes, a Ribeirinha — Estudo Histórico XXV, Guimarães, ed. do Arq.º Municipal, 1948.
- A Façanha de Martim Moniz — Estudo Histórico XV, Lx. Liv.ª Portugália, 1940.
- A Fundação e a Restauração de Portugal (Conferência) — Guimarães, Ed. Câmara Municipal, 1940.
- A História da Igreja do Pe. Miguel de Oliveira (Anotada por A. P.), Estudo Histórico IV, Lx. ed. do Autor, 1938.
- A História de Portugal do Sr. António Sérgio — Vista por A. P. — Estudo Histórico XVII, Lx. ed. do Autor, 1941.
- A Naturalidade de Francisco Sanches — Barreiro, Org. Bloco, 1950.
- A Propósito do Paço dos Duques em Guimarães — Estudo Histórico XIX, Guimarães, ed. da Arq.º Municipal, 1942.
- A Propósito da Sigla IHS (Separata do In Memoriam do Dr. Campos Monteiro) Porto, 1937.
- A Quem Pertence a Casa de Bragança? — Lx. ed. do Autor, 1933.
- A Senhora de Pangim (Separata de «Brasília», vol. I) — Coimbra, Coimbra ed. 1942.
- Á Volta da Sucessão Dinástica (Separata da Rev. Gil Vicente)—Guimarães, 1943.
- Aditamento aos Elementos de História de Portugal — Lx. Empresa Nacional de Publicidade, 1937.
- Ainda a Batalha de Ourique — Estudo Histórico XXIII, Lx. ed. do Autor, 1945.
- Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa-Brasileira (Sep. da «Brasília», vol. III) — Coimbra, Coimbra Ed., 1944.

- 
- Alguns Documentos para a História de Idanha-a-Velha — ed. Junta Provincial da Beira-Baixa, 1940.
  - Apostilla às Notas de Diplomática — Estudo Histórico X, Lx. ed. do Arq.º Municipal de Guimarães, 1939.
  - As Chancelarias Medievais Portuguesas de Senhora Abiah E. Reuter — Esboço Crítico de A. P. — Estudo Histórico XII — Guimarães, ed. Arq. Municipal, 1840.
  - As ilhas dos Açores (Esboço de síntese Histórica) — Estudo Histórico XXI, Lx. ed. do Autor, 1943.
  - Breves Notas às Questões Históricas do sr. A. Botelho de Costa Veiga — Lx., 1938.
  - Cartulário do Mosteiro de Crasto (Número Especial do «Boletim de Trabalhos Históricos») — Guimarães, ed. Arq.º Municipal, 1938.
  - Chamite — Lx. Agência Geral das Colónias, 1936.
  - Crónica do Tomada de Ceuta (Introdução, selecção e notas de A. P.), Lx. Liv.ª Clássica Ed., 1942.
  - Dois Bispos de Coimbra ao mesmo tempo no século XIII (Separata de «O Instituto», vol. 101, Coimbra, 1942.
  - D. João III — Porto, Liv. Tavares Martins, 1936.
  - Duarte Darnas e o seu Livro das Fortalezas — Estudo Histórico XXII, Lx. ed. do Autor, 1944.
  - Elementos de História de Portugal — Lx. Empresa Geral de Publicidade, 1934.
  - Estudos Filosóficos e Críticos (Com prefácio do Prof. Ricardo Jorge), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.
  - Fontes Medievais da História de Portugal — Volume I, Anais e Crónicas (Seleção, Prefácio e Notas de A. P.) — Lx. Liv.ª Sá da Costa, 1948.
  - Fuero Real de Afonso X, o Sábio — Versão Portuguesa do Século XIII (Publicada e Comentada por A. P.) — Lx. Ed. do Instituto Para a Alta Cultura, 1946.
  - Guimarães (Separata de «O Mundo Português») — Lx. 1937.
  - Guimarães — Guimarães, Câmara Municipal, 1940.
  - Idade Média (Problemas & Soluções — Lx. Edições Ultramar, 1946.
  - Inédito Precioso do Cardeal Saraiva (Publicado e Comentado por A. P.), Estudo Histórico XII, Lx. Publicação do Instituto Para a Alta Cultura, 1940.
  - Leituário da Sé de Lamego (Publicado por A. P.) (Separata) — Lx. Academia Portuguesa da História, 1942.
  - Livro dos Roubos q os franceses e vasalos del Rej de França fizeram aos moradores desta Vila de Guimarães e seu Termo (Editado e Proemiado por A. P.) — Guimarães, Arq.º Municipal, 1940.

- Martins Sarmento, Literato e Historiador (Conferência) — Lx. ed. José Fernandes Junior, 1933.
- Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo compostos por Frei António da Assunção Meireles (Publicação e Prefácio por A. P.) — Lx. Academia Portuguesa da História, 1942.
- Na Torre do Tombo (Palavras proferidas na tarde de 27 de Janeiro de 1949) — Lx. ed. do Autor, 1949.
- Notas de Diplomática — Lx. ed. do Autor, 1939.
- Novos Estudos Filosóficos e Críticos — Lx. Imprensa Nacional, 1935.
- O Descobrimento do Brasil — Estudo Histórico XX, Lx. Liv.<sup>a</sup> Portugália, 1942.
- O D. João VI do Snr. Marquês de Lavradio — Estudo Histórico II, Lx. ed. do Autor, 1937.
- O Foral de Chaves (15 de Maio de 1258) — Estudo Histórico III, Lx. ed. Autor, 1938.
- O Império Colonial, factor de Civilização (Conferência), — Lx. Agência Geral das Colónias, 1936.
- O Padre Miguel de Oliveira e a sua História da Igreja — Réplica pianissima que lhe dá A. P. — Estudo Histórico. VI, Lx., ed. Autor 1938.
- Onde Nasceu Portugal — Estudo Histórico XI, Guimarães, ed. Arq.<sup>o</sup> Municipal, 1940.
- O nome de D. Affonso Henriques nos documentos medievais — Estudo Histórico, IX, Lx. ed. do autor, 1939.
- Os Bens da Casa de Bragança — Lx. ed. do Autor, 1933.
- Os Forais Medievais Vimaraneses (Separata dos «Anais» da Academia Portuguesa da História, vol. II, Lx. 1940).
- Os Historiôgrafos de Alcobaca (Introdução, organização e notas de A. P.), Lx. Liv. Clássica Ed., 1943.
- Os Meos «Elementos de História de Portugal» e a Crítica — Lx. ed. do Autor, 1935.
- Os Snrs. Profs. André Velasco e Queirós Veloso plagiadores — Subsídio para as suas biografias mentais — Lx. ed. José Fernandes Júnior, 1931.
- Para a História da Academia Portuguesa da História — Lx. ed., do Autor, 1948.
- Para a História das Inquirições Régias (Separata da Rev. «Gil Vicente»), Guimarães, 1940.
- Para a História das relações entre Portugal e a Alemanha (1884-1914) — Estudo Histórico XVI, Lx. ed. do Autor, 1941.

- 
- Para a História das relações entre Portugal e a Inglaterra — Dois Documentos Inéditos Publicados e Anotados por A. P. — Estudo Histórico XVIII, Lx. ed. do Autor, 1942.
  - Pierre Ronsard foi Cavalleiro de Cristo? (Separata de Mélanges offerts à Paul Laumonier) — Paris, 1935.
  - Polémica Histórica com o Sr. A. Botelho da Costa Veiga — Lx. ed. do Autor, 1938.
  - Subídios para a História de Portugal (Textos e Juízos Críticos), Lx. Ed. Europa, 1937.
  - Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos — Braga, Liv. Cruz, 1958.
  - Trez Documentos Affonsinos (Publicados e Comentados por A. P.), (Separata de «O Instituto» vol. 95) — Coimbra, 1940.
  - Vínculos Portugueses — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

*Maria Teresa Viegas Pimenta*